



REQUERIMENTO Número /XII (.ª)

PERGUNTA Número /XII (.ª)

Assunto: Conflito de interesses na passagem do Hospital de S. João da Madeira para a Misericórdia

Destinatário: Ministério da Saúde

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

Há muito que o Governo quer transferir o Hospital de S. João da Madeira para a Misericórdia, privatizando a gestão deste equipamento de saúde e garantindo à Misericórdia um envelope financeiro, a título de renda, para gerir aquilo que é de todas e de todos nós.

O governo tenta concretizar este negócio nos últimos dias da sua vida, privilegiando amigos e prejudicando os utentes.

Para além de todos os impactos que esta transferência terá na vida e na saúde das pessoas, há ainda a situação inexplicável de uma pessoa que esteve em todos os lados do negócio, num claro conflito de interesses.

Manuel Castro Almeida foi Presidente da Câmara Municipal de S. João da Madeira quando se começou a falar nesta solução de privatização do Hospital. Chegou a anunciar que haveria um acordo para a compra dos terrenos e edifício à Misericórdia, o que se provou não ser verdadeiro, mas sabe-se que manteve contatos com a Misericórdia sobre o assunto da entrega do hospital público.

Manuel Castro Almeida é atualmente membro do Governo que tem como objetivo a entrega do hospital à gestão privada e é, em simultâneo, 1º secretário da Mesa da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira. Esteve, portanto, em todos os lados do negócio, exercendo ativamente funções em conflito de interesses e sem se saber concretamente com que interesses.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes questões:

1. Tem conhecimento desta situação?
2. Não vê nesta situação um claro conflito de interesses?
3. Não crê que esta situação mancha definitivamente qualquer processo de entrega do Hospital de São João da Madeira à Misericórdia?



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

4. Qual é o envelope financeiro que será pago à Misericórdia para gerir um equipamento que é público e que outras fontes de receitas serão extraídas da exploração dos cuidados de saúde?

Palácio de São Bento, 28 de julho de 2015.

O deputado